

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.286 - SP (2019/0302343-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : RAPHAEL SOARES DA SILVA E OUTROS
ADVOGADOS : ANDRÉ GUSTAVO ZANONI BRAGA DE CASTRO - SP161963
THALYS FERNANDO KAUFFUMAN PEREIRA - SP323757
RAPHAEL SOARES DA SILVA - SP408106
RENAN SCAPINELE DERÓBIO - SP423294
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : YAGO HENRIQUE SILVA BRONHOLI DE ANDRADE (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de YAGO HENRIQUE SILVA BRONHOLI DE ANDRADE, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, no julgamento do HC n. 2195973-92.2019.8.26.0000.

Extraí-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, convertido em preventiva, e, posteriormente, restou condenado em primeiro grau às penas de 5 anos de reclusão, em regime inicial fechado, e multa, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei 11.343/2006 (tráfico de entorpecentes), tendo o Juiz sentenciante indeferido o direito de recorrer em liberdade, mantendo a segregação antecipada.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado:

Habeas Corpus. Tráfico de entorpecentes. Pretensão de recorrer em liberdade. Impossibilidade. Negativa fundamentada na r. sentença. Ordem denegada (fls. 22).

No presente *mandamus* sustenta que a prisão preventiva do paciente carece de fundamentação idônea, pois pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito e em elementos constitutivos do tipo penal.

Acrescenta que o indeferimento do direito de recorrer em liberdade manteve a fundamentação abstrata anteriormente utilizada para justificar a custódia. Destaca a ausência dos requisitos autorizadores do art. 312 do Código de Processo Penal.

Assevera que o paciente conta com condições pessoais favoráveis e

Superior Tribunal de Justiça

pondera a suficiência da aplicação de medidas cautelares alternativas ao cárcere.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, a concessão da liberdade provisória ao paciente.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes acerca da situação processual e prisional do ora paciente, bem como do andamento da ação penal. Os informes deverão ser prestados preferencialmente por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator